

O Brasil desde Guarulhos: notas sobre a geografia de uma rede escolar municipal e a configuração de um formato de escola e do exercício da docência

Brazil from Guarulhos: notes on the geography of a municipal school network and the configuration of a school format and teaching practice

Brasil desde Guarulhos: apuntes sobre la geografía de una red escolar municipal y la configuración de un formato escolar y una práctica pedagógica

Jorge Luiz Barcellos da Silva

Universidade Federal de São Paulo

jorge.barcellos@unifesp.br

Resumo: O objetivo desse artigo é reconhecer e problematizar a localização e distribuição das escolas em Guarulhos– SP. É um olhar mais de perto sobre um processo que envolve as escolas espalhadas pelo município, ponderando, com um olhar mais de longe, sobre a dimensão geográfica das dinâmicas do Estado e suas determinações no âmbito da formação social brasileira. Para tanto, foi feito um diálogo teórico metodológico no intuito de pensar geograficamente o Brasil a partir do estudo da escola. A interpretação da escola pública como instrumento de mediação do Estado junto as populações mais pobres constitui-se em uma referência para a permanente construção do significado de Brasil. A compreensão dos nexos entre a gestão do território e a produção uma norma culta nos

moldes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a qual, por sua vez determinam, um formato para o exercício da docência, é a chave dessa proposta.

Palavras-chave: Geografia. escola pública. docência. Estado. norma culta.

Abstract: The aim of this article is to recognize and problematize the location and distribution of schools in Guarulhos-SP. It is a closer look at a process that involves the schools scattered throughout the municipality, pondering, with a longer view, the geographical dimension of the dynamics of the State and its determinations within the Brazilian social formation. To this end, a theoretical and methodological dialogue was carried out with the aim of thinking about Brazil geographically from school study. The interpretation of the public school as an instrument of mediation between the state and the poorest populations is a reference for the permanent construction of the meaning of Brazil. Understanding the links between the management of the territory and the production of a cultured norm along the lines of the Common National Curriculum Base (BNCC), which in turn determines a format for the exercise of teaching, is the key to this proposal.

Keywords: Geography. public schools. Teaching. State. cultured norms.

Resumén. El objetivo de este artículo es reconocer y problematizar la localización y distribución de las escuelas en Guarulhos- SP. Se trata de una aproximación a un proceso que involucra a las escuelas diseminadas por el municipio, ponderando, con una mirada más larga, la dimensión geográfica de la dinámica del Estado y sus determinaciones dentro de la formación social brasileña. Por lo tanto, se realizó un diálogo teórico y metodológico con el objetivo de pensar geográficamente el Brasil a partir del estudio de la escuela. La interpretación de la escuela pública como instrumento de mediación del Estado con las poblaciones más pobres es una referencia para la construcción permanente del sentido de Brasil. La comprensión de los vínculos entre la gestión territorial y la

producción de una norma culta en la línea de la Base Curricular Nacional Común (BNCC), que a su vez determina un formato para la enseñanza, es la clave de esta propuesta.

Palabras clave: Geografía. escuela pública. Enseñanza. Estado. norma culta.

Identificando fios da meada: ajudando o leitor a saber onde ele está

Esse artigo é fruto de um conjunto de indagações que já apareceram de forma fragmentada em diferentes momentos. Durante os estudos de doutoramento, sistematizado na tese “Atlas geográfico do Brasil: leituras da territorialidade e da construção da brasilidade” (2006)¹ e por meio de experiências de gestão, pesquisa e atuação como professor no departamento de Educação da UNIFESP e coordenador de área no programa institucional de iniciação à docência (Pibid) vinculado à Unifesp, Campus Guarulhos entre os anos de 2012-2018.

Essas ações envolvendo as aproximações entre escola pública e universidade, se desdobraram durante a orquestrada destruição do governo de Dilma Roussef (2012-2018), visando a ruptura da ordem institucional. A elaboração do golpe de Estado ocorreu em diferentes frações de classe, mídia (Estadão, Globo, Veja, Valor Econômico entre outros tantos), setores do judiciário, agronegócios além do mercado financeiro que, com diferentes ações, convergiram na perspectiva de impossibilitar o funcionamento do governo.

Essas atuações, no que tange posicionar a questão das relações entre educação e sociedade brasileira, resultaram em reflexões sobre o Estado brasileiro, universidade pública e seu papel no que toca formar professores, e por conseguinte suas relações com a escola pública. Vale registrar ainda que, essas considerações apareceram entre outros escritos, nos artigos “Formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: considerações sobre escola, conhecimento, linguagem e ensino de Geografia” (2012); “A necessidade dos estudos geográficos da escola pública e dos processos de ensino e aprendizagem: um exemplo na região metropolitana de São Paulo” (2016) e o capítulo de livro “Uma experiência pibidiana entre as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna: o ensino de Geografia e História nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação docente” (2017).

São preocupações estruturais de pesquisa – a respeito dos fundamentos da ciência geográfica, do ensino de Geografia e sobre a

¹A tese encontra-se disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3714>

formação do professor que ensina Geografia. Elas se inscrevem em uma agenda de estudos que busca reconhecer, problematizar e contribuir com os debates e formulações a respeito dos propósitos do ensino dessa disciplina e a formação de professores que a ensinam na/da escola pública, sem que deixemos de lado o princípio de que, ao tratarmos de Educação, não podemos tratá-la em si mesma. Dito de outro modo, é necessário entendê-la de forma escalar. Como constituída e constituinte de um projeto de uma sociedade cindida em classes, frações de classe e grupos sociais desiguais e com marcas histórias e geográficas específicas (Frigotto, 2009).

Nesse sentido, de que é preciso pensar o fenômeno em tela na perspectiva de que a leitura geográfica no âmbito da educação, incluindo a formação de professores e o ensino de Geografia implica dimensionarmos a escala geográfica (ver de perto, ver de longe) , nossas ponderações de pesquisa e ações educativa (com docentes na formação inicial e continuada) foram impactadas e estimuladas a reorganizar os estudos e perguntas a partir do curso de extensão “Estudo geográfico do Brasil e de seus lugares: um jogo escalar” desdobrado em parceria na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) , Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em meados de 2023.

Na ocasião a proposição, buscando reavivar uma tradição importante entre os geógrafos e professores que ensinam geografia, questionando o que é a Geografia do Brasil, pretendia escapar das interpretações singulares e circunscritas das áreas ou pontos de estudo, abundantes nas pesquisas atuais e leituras escolares da geografia brasileira (Santos, 2020). Em outras palavras, o curso, cujo âmago estava assentado na perspectiva de que a interpretação sobre Geografia do Brasil tratar-se de um jogo escalar, realizou um esforço de análise utilizando-se das múltiplas determinações que constituem o território brasileiro, sendo este uma síntese muito maior e mais complexa que a soma de suas partes.

Tais questões, envolvendo um encaminhamento de fundo teórico-metodológico, nos qualificam a pensar quem somos a partir de onde estamos, assim como as próprias territorialidades oriundas do ser e estar das universidades e escolas públicas espalhadas por quase todos os rincões do país.

Os geógrafos, os professores de Geografia e outros interessados, têm a possibilidade de fazer uma leitura na qual as ruas, os rios, os córregos, as avenidas, os quilombos, as jazidas de nióbio, os conjuntos habitacionais em bairros periféricos, as encostas de morros, os quilombos, as estações de metrô, os latifúndios, as áreas de mineração, as escolas, as universidades, as aldeias indígenas, os condomínios de luxo, as fábricas, as favelas dentre outros, formam um todo que não pode ser explicado nem isoladamente nem como se realizassem enquanto uma soma das partes.

As escolas, portanto, e seguindo os mesmos pressupostos, só podem ser compreendidas enquanto elementos de um conjunto que se explicam pelo desvendamento de suas relações, nessa compreensão, cada elemento é determinado pelo todo das relações que estabelecem entre si. As escolas e/ou outros elementos que a constituem não podem ser tratados em si mesmos. Esses elementos são instituídos e instituintes do todo.

Nesse sentido, o/a professor/a também tem a possibilidade de pensar a escola e o propósito do ensino de Geografia como uma parte que sempre e necessariamente é uma forma de materialização do todo. À vista dessas identificações dos fios que vem embasando nossa inserção nos debates sobre a Geografia do Brasil, seu ensino e a formação do professor que ensina Geografia, o leitor vai encontrar nas próximas páginas um exercício para pensar geograficamente o Brasil a partir das escolas em Guarulhos e seus rebatimentos no exercício da docência.

Breve considerações a respeito de dinâmicas da Geografia de Guarulhos

Olhando de longe Guarulhos é um município que apresenta paisagens impactantes. A presença do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro e três importantes rodovias que cortam seu território assinalam um movimento econômico sem precedentes. Pelo complexo aeroportuários e pelas rodovias circulam, diariamente, mercadorias e pessoas articulando esse município à região metropolitana de São Paulo, Vale do Paraíba e outros lugares no Brasil e no Mundo (Santos, 2006).

Com esse dimensionamento é importante ver Guarulhos de perto, indicando, inicialmente, que esse município é o segundo mais populoso do

Estado de São Paulo, com população estimada de 1.291.771 habitantes segundo revisão residual (outubro 2023) do Censo do IBGE 2022 e densidade demográfica de 4.053 habitantes por km². Essa característica de ser um município populoso, com impressionante dinâmica populacional, se inscreve, visto de longe, no amplo processo da formação social brasileira desdobrado em diferentes processos de ocupação desse lugar.

Vale registrar que, essa paragem pertencente à coroa portuguesa em meados do século XVI apresentou, segundo o IBGE (2014), uma atividade sem precedentes. As relações sociais impostas aos índios Guarus, da tribo dos Guaianases no que tange à posse e a organização das terras pelos portugueses, alterou o modo de vida dos homens e mulheres desse lugar. Com os desdobramentos da mineração, em especial as lavras de ouro, inclusive, incorporando a mão de obra escrava; o processo configurou novas arrumações territoriais reveladores de uma geografia específica, articuladora desse território a outros lugares da colônia e da Europa. Vejamos a descrição elaborada pelo IBGE:

No Brasil Colônia, durante os séculos XVII e XVIII, foram delimitadas sesmarias organizando a ocupação da região. Os sesmeiros se dedicaram à agricultura e à mineração e, como atividade de apoio, criavam gado vacum e cavalar. Entre os anos seiscentos e o início do século XX, houve produção de álcool e aguardente, embora o clima úmido e frio fosse propício a causar ferrugem ao trigo, mosaico a cana e curuquerê ao algodão (IBGE, 2014, n. p.).

Essa mensagem elaborada pelo Estado brasileiro revela que no processo de ocupação do lugar que hoje conhecemos como Guarulhos ocorreu um lento e gradual conjunto de medidas articuladoras desse território à Portugal. Nessa linha de raciocínio é importante demarcar que tal como no passado, atualmente, o Estado fala da incorporação do lugar justificando a colonização, indicando a possibilidade de trabalho para aquele que chega. O IBGE ao descrever a presença de infraestruturas induz a interpretação de que esse lugar já estava pronto para um processo que se iniciava. Guarulhos para ser incluído como pertencente à colônia, necessitava ser vista como um lugar com atividades de agricultura, de pecuária e de mineração possíveis, legitimando assim, o pertencimento do lugar, a uma lógica vinculada a ordem burguesa que estava em curso.

Vale registrar também que, na construção de um parâmetro para se pensar sobre Guarulhos construído pelo relato em tela, há uma preocupação que identifica as relações da Sociedade (europeia) com a Natureza. O lugar se apresenta como disponível assinalando uma ordem territorial em construção, inclusive com determinantes de clima possíveis de garantir uma relação Sociedade/ Natureza amparada pela perspectiva de possibilidade de existência. Vale demarcar ainda no trecho em exame, a leitura da ordem territorial como descrita, implica no apagamento de quem era o outro (no caso os indígenas) para se reconhecer como um lugar vinculado à Coroa portuguesa.

A luz dessa compreensão de que diferentes leituras das territorialidades foram importantes para a compreensão da distinção do lugar, a Província de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, mais conhecida como Conceição dos Guarulhos² adentra ao século XX com inúmeras iniciativas por parte do poder público e provincial, voltadas ao estreitamento das relações econômicas e sociais com a cidade de São Paulo. A esse respeito Santos (2006) destaca que:

[...]foi no início do século XX que a municipalidade (...) procurou consolidar a identidade de Guarulhos como um município cujas riquezas naturais, função produtiva e proximidade a São Paulo o tornavam auxiliar e útil ao desenvolvimento da capital como uma espécie município suburbano “paulistano[...] A prefeitura local, por vezes em combinação com os governos estadual, federal e municipal de São Paulo e com a iniciativa privada, chegou mesmo a construir toda uma infraestrutura para essa função de abastecimento de São Paulo: a partir de 1910,[Guarulhos] foi marcado pela introdução da Estrada de Ferro, da energia elétrica, de serviços de águas e esgotos. Ocorrem também pedidos para a instalação da rede telefônica ou licenças para a implantação de indústrias, de atividades comerciais e deserviços de transporte de passageiros, quase todos referidos ao núcleo central e às áreas mais próximas à capital (SANTOS, 2006, p.128).

Essa citação nos permite identificar que a contiguidade territorial existente entre São Paulo e Guarulhos foi fundante para a incorporação

²A Província de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos passou a ser reconhecida a partir de 1906 como Província dos Guarulhos (IBGE, 2014 n. p.).

desses lugares ao processo de acumulação de capitais em curso no Brasil nos primeiros anos do século XX. É possível identificar, ainda, no trecho em discussão, que o Estado ao pautar a esfera da produção, circulação e produção de ideias da formação social o faz articulando o urbano. Nessa direção, o arquiteto Jorge Wilhelm, assinala:

[...] o crescimento urbano de Guarulhos pode ser melhor compreendida se levarmos em conta o desdobramento da industrialização nessa cidade. Nesse afã organiza uma interpretação considerando o crescimento da indústria em Guarulhos, destacando que "(...) a primeira fase caracteriza a predominância quase absoluta de empresas industriais de pequeno porte, de expressão local, voltadas para um mercado restrito de âmbito também local. A segunda fase é marcada pela implantação de indústrias de grande porte, cujo marco básico é a tecnologia relativamente moderna e extroversão para o mercado nacional - em particular a região economicamente mais pujante do País, ou seja, a área metropolitana de São Paulo" (WILHEIM, 1969, *apud* DUARTE, 2011, p. 96).

Essas colocações anunciam um processo articulado de um conjunto industrial específico voltado, inicialmente, ao mercado regional e nacional ao mesmo tempo em que indica uma chave para a interpretação. Dimensiona a industrialização em dois momentos, demonstrando o processo do particular para o geral, pontuando ações importantes para interpretamos algumas das origens do pujante crescimento industrial ocorrido nessa cidade.

Contudo, nos parece faltar um elemento para se pensar sobre os fundamentos de como esse processo industrial se enraizou na formação social brasileira. Isso posto, para que possamos entender o advento de um modelo de industrialização como ocorreu em Guarulhos é importante ampliar o leque de tensionamentos e indagar sobre o papel da agricultura nesse seguimento.

Adensa a questão as colocações de Rizek (2019), quando revista as ponderações de Chico de Oliveira sobre o Estado e o urbano. Ela sintetiza o papel da agricultura nos acontecimentos que consolidaram as transformações da economia agroexportadora para a urbano-industrial:

a agricultura não se poderia constituir em obstáculo à constituição e à centralidade do processo de acumulação urbano-industrial. Esse era, portanto, o nexos e o ponto nevrálgico de todo o processo. Em torno dele giraria a estabilidade do todo. Dessa articulação dependeria a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial que se assentava numa ampla expansão do “exército industrial de reserva”. A solução ao chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial foi um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista (RIZIEK, 2019, p. 229).

Esses desdobramentos nos instigam a entender que o modelo político e econômico escolhido para a rearticulação e inserção do Brasil na escala mundial continha rearranjos para os homens e mulheres desse país. Baseado em uma ampla expansão do “exército industrial de reserva”, isto é, para a formação do contingente de trabalhadores a lógica do campo seria subordinada à lógica urbana. As determinações que pautaram as dinâmicas ocorridas na região metropolitana de São Paulo, incluído Guarulhos, assim como em outras partes do Brasil, ocorreram de forma desigual e combinada conforme as correlações de forças políticas e sociais em cada porção do território nacional.

Portanto, a reprodução das condições da expansão capitalista após a década de 1940, na área metropolitana de São Paulo foi singular. Elas passaram a expressar o que Chico de Oliveira chama a atenção “a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez [...] todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades” (OLIVEIRA, 1982, p. 43). Novas ordens territoriais assentadas no incremento urbanístico vão se consolidando, alterando radicalmente as formas e conteúdo das paisagens das cidades.

Dito de outra maneira, o conjunto de intervenções do Estado associado as iniciativas privadas e o equacionamento do que fazer com o exército industrial de trabalho se acelerou com diferentes desdobramentos no que tange o deslocamento de pessoas para viverem em cidades. Esse processo lentamente transformou as geografias de Guarulhos.

Mudando a escala de análise, a chegada de outras plantas industriais como, por exemplo, do setor metalúrgico, automobilístico, plástico em Guarulhos, ensejou ações do Estado:

A implantação do loteamento Cidade Satélite Industrial de Cumbica e a respectiva infraestrutura vinda com a Base Aérea mudaram o eixo de implantação de indústrias e a logística na cidade. O eixo produtivo da cidade, que era localizado na Região Central, definido pela Estrada de Ferro Sorocabana, transfere-se para Cumbica, zonas sul e leste, nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra (OLIVEIRA et al., 2008, p.45).

A realocação da Força área brasileira do campo de Marte (área situada na zona Norte de São Paulo) para o bairro de Cumbicas em Guarulhos (área situada na porção central e sul), associada a outras duas dinâmicas, o loteamento Cidade Satélite Industrial e a inauguração da Rodovia Presidente Dutra no início dos anos 50 (e, posteriormente, a Rodovia Fernão Dias no início dos anos 60) ordenaram o uso do solo e remodelaram por terra e pelo ar a articulação de Guarulhos com outros lugares do país. Esse processo ainda seria complementado com a construção da rodovia Airton Sena nos anos 1980.

São intervenções dos poderes públicos federal, estadual e municipal não necessariamente ao mesmo tempo e lugar que se “apoiariam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo infraestrutura, principalmente a rede rodoviária” (RIZIEK, 2019, p. 229).

Diante dessas breves ponderações sobre dinâmicas determinantes da formação social brasileira no município de Guarulhos, indagamos quem são esses homens e mulheres que se deslocaram para a área metropolitana de São Paulo e em especial para Guarulhos? E em que medida essa relação entre o Estado e a sociedade civil e a reconfiguração do urbano determina(ra)m as escolas e o exercício da docência em Guarulhos?

Populações em movimento: todo na parte e a parte no todo

O Brasil entre os anos 1940 e 1970, de forma lenta e gradual, manifestou uma importante performance na sua dinâmica populacional. A localização e distribuição da população no Brasil mudou:

[...] migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24 % da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões nos anos 60 (cerca de 36 da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas! (MELLO & NOVAES, 2000, p. 581).

Essa dinâmica populacional está relacionada às transformações da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial. Com diferentes velocidades as transformações estruturais da economia brasileira ocorridas em larga escala em São Paulo e no Rio de Janeiro também foram acompanhadas por outras regiões. Com essas dinâmicas, o padrão de urbanização que passa a caracterizar as paisagens desses lugares, escancara inúmeras mudanças na estruturação de classes na sociedade brasileira com determinações na geografia das cidades. Vejamos as informações contidas no quadro 1, sobre a população de Guarulhos:

<i>Guarulhos população recenseada</i>		
1940	13.506	
1950	34.683	
1960	100.760	
1970	236.811	
1980	532.726	
1990	787.866	
2000	1.072.717	
2010	1 221 979	
2020 estimativa		1.392.121
2022	1 291 784	

Quadro 1: População residente

Fontes: IBGE-Sinopse Preliminar dos resultados demográficos – segundo unidades da federação e municípios, 1941, p.4. Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 2000, 2010, 2022³. (Elaborado pelos autores).

O que nos mostra o quadro 1?

A população residente de Guarulhos cresceu de forma exponencial. Observando os dados do quadro 1 é possível inferir, que em alguns

³ Para maiores informações consultar <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020> e https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidad e/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10552.html

momentos, em 1970 e 1980, o crescimento foi superior a 100%. Em menos de um século mais de 95 vezes, chegando a marca de mais de 1.291.000 residentes em 2022. Entrelaçada a essa dinâmica:

Surgem no cenário urbano [de São Paulo e outras áreas metropolitanas como Guarulhos] o que se passou a designar de ‘periferia’, aglomerados distantes dos centros urbanos, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. Como acumulação e especulação andam juntas a localização da classe trabalhadora passou a seguir fluxos dos interesses imobiliários (KOWARICK, 1973, p. 31).

Assim, a industrialização e urbanização vertiginosa dá origem a novas formas de ocupação dos lugares, e nesse processo se refundem as relações sociais. O que se constata é que o deslocamento de população para áreas metropolitanas como Guarulhos promoveu a ampliação dos formatos de ocupação, apontando para atividades laborativas de várias ordens no mundo do trabalho em expansão.

Contudo, é importante desvelar que concomitante a esse processo econômico se desdobram ressignificações das mudanças em seu modo de vida. Desenrola-se o que o geógrafo Ruy Moreira chama a atenção:

[os homens] “tirado[s] do campo e posto na cidade, [são] jogado[s] na vivência de um mundo de referências arbitrariamente dadas pelo tempo do relógio {...} o dia a dia cronométrico do trabalho, o apito da fábrica, alargando numa abrangência ilimitada a escala de exclusões do Homem. Chega o tempo de desterritorialização. A descolagem das referências [...] E a alienação desnaturizante, desterrreante, desterritorializante se assume por fim como reação de um homem com falta de referências espaciais que o levem a sentir-se um ser consigo encontrado (MOREIRA, 1999, p.344, grifo nosso).

Questões como de sociabilidade (desde a reconstituição da própria identidade nos novos lugares, novas relações de vizinhança até as questões de família/parentescos) emergem com muita força atingindo diferentes grupo sociais.

A grande massa da população migrante que se desloca para Guarulhos passa, nesse contexto, de transformações econômicas, sociais, demográficas e urbanísticas a se reproduzir em diversas escalas. O Estado (entes nacional, estadual e municipal) de maneira articulada incrementou:

[...] a implantação de indústrias ao longo da rodovia Presidente Dutra, impulsionando também a implantação de loteamentos industriais e habitacionais nas regiões de Cumbica, Lavras, Bonsucesso e Taboão. Do final da década de 50 até o final da década de 70 verificamos que a expansão do adensamento urbano ocorreu mais concentradamente na região oeste do município e, nas demais regiões, a ocupação aconteceu de forma rarefeita (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE HABITAÇÃO, 2011, p.27).

É preciso dimensionar que no processo de deslocamento para Guarulhos (e outros centros atrativos) era necessário, para que o processo produtivo assentado na fábrica se desdobrasse, a garantia de que a população que se deslocava para às cidades seria incorporada à lógica urbana e, assim reconfigurada - por meio da escola- em mão de obra tipicamente urbana. Dessa maneira, o Estado se faz presente ao atender as populações que se deslocam do campo para as cidades, para que pudessem, nos seus novos lugares, aprender a habitar, produzir e viver.

A prefeitura de Guarulhos se vê no espelho: as escolas têm um lugar e isso tem significados

O mapa (figura 1) foi difundido pela prefeitura de Guarulhos a partir de dezembro de 2021:

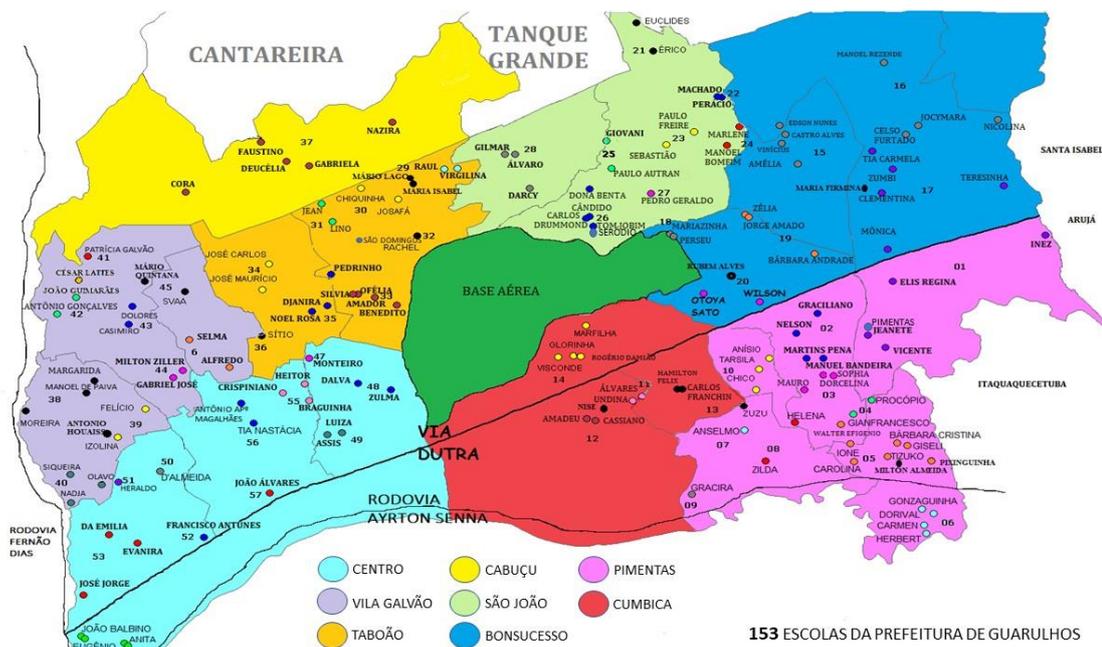


Figura 1- Escolas da Prefeitura de Guarulhos

Fonte: Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/site/listar/arquivo/?idinstituicao=2&idtipo=1&nome=Mapa%20das%20Escolas%20da%20Prefeitura%20de%20Guarulhos>

O que nos mostra o mapa da figura 1?
Inicialmente quatro pontos a reconhecer:

- 1) Identifica o município de Guarulhos e a leste os municípios contíguos de Santa Isabel, Arujá e Itaquacetuba.
- 2) O município de Guarulhos dividido em bairros, utilizando cores diferentes para evidenciar os limites entre eles. Nessa repartição há ainda o destaque para: uma área, praticamente no centro do mapa, identificada como base aérea e outras duas extensões territoriais, na porção superior da figura, sem indicação relacionada a legenda, nominadas como Cantareira e Tanque Grande.
- 3) A representação também exhibe o município cortado pelas Rodovias Fernão Dias, Presidente Dutra (Br 116) e Airton Sena, três vias de circulação associada à presença de uma extensa base aérea. No que tange a presença das rodovias Dutra e Airton Sena, é importante observar que seus respectivos posicionamentos em paralelo, abrangem o maior adensamento populacional do município, a região dos Pimentas.

4) Por último, nos permite reconhecer a localização e distribuição de escolas em cada bairro do município: são 153 no total, sendo a maioria delas situadas na região dos Pimentas. Esse registro, articulado pela legenda do mapa, nos permite inferir a constituição de uma ordenação territorial, na qual cada escola parece ser um ponto no território, possibilitando uma interpretação de que há uma rede de escolas da prefeitura no município de Guarulhos.

Acontece que, como sabemos, o mapa é uma representação do mundo, não é o mundo. A representação é sempre uma forma de olhar (Boaventura, 2000, p. 19). Trata-se de uma leitura de um sujeito, no caso o Estado, representado pelo ente federativo Prefeitura do município de Guarulhos. Nessa perspectiva, o entendimento é de que o mapa veicula - por parte do proponente - a construção de uma mensagem que versa sobre a gestão do território.

Dito de outra maneira, quem faz o mapa o faz a partir de uma intenção. E, nesse entendimento, é necessário desvendar a intenção da Prefeitura de Guarulhos ao difundir essa representação. Um processo político que regula as dinâmicas de disputas nos/dos lugares, inclusive suas relações e suas hierarquias; isto é, de seus poderes.

Essas constatações a respeito de que o mapa expressa um discurso ordenador, nos permite inverter a questão e perguntar o que o mapa não mostra. Essa explicação nos permite formular indagações a respeito do papel que essa rede de escolas tem na dinâmica da cidade e como isso vai configurar um formato de escola e do exercício da docência.

Escolas e o urbano: breves considerações sobre essa relação na escala de Guarulhos

Cardoso (2006) nos informa que a 1ª escola municipal de Guarulhos, vinculada a educação infantil, data de 1968 (e a segunda de 1973). Relata ainda que a 1ª escola municipal vinculada ao ensino fundamental foi inaugurada em 1991, e que nesse contexto até 1999 o município não contava com mais de 30 escolas municipais (considerando que as escolas do ensino fundamental pertenciam ao estado, provavelmente a quantidade de escolas existentes no município era maior).

Coincidindo com mudanças no âmbito da governança do município em 2001, a prefeitura de Guarulhos desencadeia de maneira incisiva a implementação de um conjunto de políticas públicas educacionais. Entre elas salta aos olhos aquelas relacionadas a municipalização do ensino. Nesse decurso o poder municipal assumiu responsabilidades para ampliar a educação infantil e oferecer ensino fundamental.

Cardoso (2006) e Mello (2007) assinalam que após aguda crise política entre os governos estadual e municipal, Guarulhos opta por realizar uma municipalização própria:

A democratização do acesso de milhares de crianças nos impunha a necessidade de elaboração de um Programa de construção de escolas, reformas e ampliações das escolas já existentes. Foi contratado o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, para realizar estudos sócioeconômico- geográficos do município de Guarulhos, com análise das ofertas de vagas existentes no município, população e percentual de crescimento populacional, bolsões de pobreza, maior concentração de crianças, mulheres na faixa de idade mais propícia à maternidade e planos alternativos para os locais de construção das escolas, a partir de todos esses elementos, assim como disponibilidade de terrenos públicos (CARDOSO, 2006, p. 55).

Objetivamente, o Estado adota uma política educacional até então inexistente no município, para implantar mais de 45 escolas e outros equipamentos urbanos escolares. Guarulhos a partir de 2001 saltou de “24 mil vagas para 75 mil vagas nas escolas municipais, em quatro anos foram criadas mais vagas que nos vinte e oito anos anteriores juntos” (CARDOSO, 2006, p. 58).

A esses desdobramentos se somaram outras políticas públicas educacionais relacionadas à formação dos docentes. A prefeitura de Guarulhos, no processo de expansão da rede de escolas, ao reconhecer quem são os alunos e suas respectivas necessidades, organizou estratégias para identificar os professores e promover outras formas de reconhecimento e valorização da carreira docente.

Nitidamente, a ação da prefeitura de Guarulhos buscava qualificar a escola pública. Na execução do processo civilizatório dando visibilidade à relação os professores e alunos, buscava-se consolidar uma rede de escolas

territorialmente articulada, demonstrando assim presença da máquina de Estado, isto é, consolidando formas de mediar o controle da população (Algebaile, 2000).

Oliveira Filho (2020) reconhece um conjunto de ações voltadas à implementação de políticas educacionais de formação dos docentes dessa rede. Destacamos o conjunto de cursos, palestras, conferências, semanas pedagógicas, criação de bibliotecas e das discussões e sistematizações sobre a valorização da carreira docente, assim como a implantação do Plano de Carreira do Magistério.

O acesso de muitas crianças à escola por meio do aumento de matrículas, a construção de uma rede de escolas e a adoção de encaminhamentos voltados a formação docente, aprofundou o entendimento da prefeitura sobre as finalidades da escola. É isso que se depende da leitura da apresentação da primeira proposta curricular do município, intitulada Quando de Saberes Necessários (QSN), em 2010.

Na apresentação o documento realça uma perspectiva do poder municipal em relação a escola. Houve a compreensão de que a formulação curricular (QSN construída de forma coletiva) estava ancorada no desafio sobre qual projeto político pedagógico as escolas deveriam se assentar para formar o aluno e quais saberes seriam necessários (QSN, 2010)

Ponderações relacionadas aos fundamentos do trabalho de Paulo Freire (1991), quando aduz a necessidade de uma escola ter uma cara, pensando na formação permanente dos professores e assim possa formar alunos que aprendam a fazer perguntas.

Essas questões norteadoras, foram basilares do QSN, que na sua primeira versão, impressa em 2010, avaliou a educação como um ato político. E, ponderou o cotidiano das salas de aula ou dos espaços de formação da escola[...] [considerando que] a participação (dos professores, coordenação pedagógica e comunidade) na elaboração não é um detalhe, mas uma exigência político-pedagógica (QSN, 2010).

Contudo, na segunda versão, lançada em 2019 inserida em outro contexto político da governança do município e do país, o documento QSN, já nas primeiras páginas apresenta os fundamentos de sua ordenação:

Baseada nos princípios da igualdade de acesso à educação escolar, a Resolução CNE/CP nº 2/2017 instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência

normativa que objetiva nortear a construção ou a adequação de propostas curriculares e currículos dos sistemas de ensino e unidades escolares, definindo aprendizagens essenciais comuns para todos os educandos do território nacional (QSN, 2019, p. 8).

A BNCC define as competências gerais para a Educação Básica e afirma o seu compromisso com a educação integral. A saber: Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto- considerando-os como sujeitos de aprendizagem - e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (QSN 2019, p. 12).

Para reconstrução do QSN o município de Guarulhos assume a referência normativa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma política de centralização curricular, alicerçada nas avaliações em larga escala e balizadora dos programas governamentais de distribuição de livros didáticos (CASSIO, 2019, p.13). Trata-se, também, de uma política pública educacional voltada a ressignificar a compreensão de escola pública e suas finalidades. Essa racionalidade relativiza a formação humana baseada na perspectiva da formação intelectual, e coloca em discussão o trabalho de transmissão de conhecimento. Laval (2004, p. 55) sintetiza essa perspectiva de forma contundente: (...) no contexto atual a noção está no princípio dos discursos que constroem as relações de força entre grupos sociais. A competência está estreitamente conectada com a exigência de eficácia e de flexibilidade solicitada aos trabalhadores na sociedade da informação.

A adoção dessas medidas expressa como aponta a pesquisa de Oliveira Filho (2020) uma ruptura com “políticas educacionais das gestões anteriores, várias ações [do município de Guarulhos] aderiram, [por exemplo] ao *Programa Formar*, da Fundação Lemann, que introduziu uma concepção de formação inspirada no gerencialismo, cuja prioridade é o resultado das avaliações externas” (OLIVEIRA FILHO, 2021, p.7, grifo nosso).

Várias palavras de ordem no âmbito educacional demarcam e fundam a organização do Quadro de Saberes Necessários de Guarulhos (QSN).

Expressões como o direito a aprendizagem, habilidades e competências são exemplos marcantes, pois aparecem como centralidades do documento.

O QSN, ao tratar a educação como *O direito a aprendizagem*, reduz o fenômeno da educação a uma face. Omite que se trata de um processo multifacetado. Essa perspectiva reducionista concebe o ensino assentado em uma racionalidade técnica, advindo daí as preocupações estabelecidas para o desenvolvimento de habilidades e competências (Carneiro, 2019, grifo nosso).

O uso do termo competências gerais no documento curricular normativo da prefeitura de Guarulhos nos parece um encaminhamento de concepção política, pois:

Na medida em que não se pode dispensar totalmente o sistema educativo, a tendência consiste em introduzir na escola a ‘competência lógica’ e combinar assim a marca do sistema educativo e a determinação mais rígida da formação da mão-de-obra pelas empresas que delas se utilizam (LAVAL, 2014, p. 58).

Essas expressões apareceram como pontua Contreras (2012, p.27) “palavras com aura”; que geralmente não são esclarecidas ao leitor, parametrizando cada leitura em algo genérico, “pressionando um consenso sem permitir discussão” (CONTRERAS, 2012, p. 28), isto é, não consente que de fato seja possível ao leitor identificar que há uma proposta para subsidiar a educação que é entendê-la como preparação para o mercado, assim como o não reconhecimento de quem fala, por qual razão fala e como fala.

Nessa mesma linha de pensamento, considerando o QSN, e pensando o Brasil desde Guarulhos, isto é, utilizando-se das múltiplas determinações e escalas que constituem o fenômeno educacional, sendo este uma síntese muito maior e mais complexa que a soma de suas partes, vale ponderar o que a prefeitura de Guarulhos, via QSN explicita sobre docência:

Durante muito tempo na história da educação no Brasil, o foco esteve no “ensinar”, centrado na figura de autoridade do professor. Novas referências destacam que na inversão desse processo deve-se partir das experiências dos educandos e ampliá-las como parte da função social da escola. Dessa

forma, os verbos para cada aprendizagem citados nos quadros referem-se à ação dos alunos, ou seja, aquilo que os educandos necessitam aprender. Essa mudança na maneira de registrar o processo didático garante mais clareza para a construção de instrumentos avaliativos internos, bem como segue os critérios definidos pelas avaliações externas e em larga escala (QSN, 2019, p. 10).

A normativa vai *pari passo* desenhando um outro professor no que tange o ensinar. Sugere o não reconhecimento de que o processo formativo se ancora no ato relacional. Esvazia a possibilidade de o docente assumir os rumos da relação ensino-aprendizagem com os alunos. O aluno passa a ser individualizado, responsabilizado a partir do sujeito que chega pleno de experiências de mundo na escola e a ele cabe dirigir o processo à luz de novas referências (que não ficam claras quais são).

Essas afirmações, por sua vez, denotam um desenho de escola que assumiria de forma generalizada a condução do processo. Vale destacar ainda que, as aprendizagens são determinadas a priori pelo documento. As prescrições se assemelham a padronizações, já não interessa quem é o sujeito. O relevante é o resultado. Padronizações que alcancem métricas, o que significa, mais uma vez, não dar guarida às singularidades da escola e de todos os envolvidos no processo.

No que toca a saber o que o aluno aprendeu, essa fundamentação se subordina, como já mencionado, aos princípios das avaliações externas e em larga escala dos moldes das agências financeiras fomentadoras de recursos e diretrizes no âmbito educacional.

Os professores, diante dessas fundamentações e estratégias, ao se verem envolvidos nessa lógica de estranhamentos, parecem já não selecionar e organizar os conteúdos, assim como não é responsável pela execução de processos formativos, o que nos representa estar induzido (e ser indutor) a não se reconhecer com outros fundamentos e formatos para o exercício da docência.

Esses estranhamentos configuram paisagens, que nos permitem ver a escola como um lugar. Um lugar entendido como área de domínio – um território – preche de relações cuja compreensão só é possível se lançarmos mão do pensamento de modo escalar, vinculando-as ao contexto da formação econômica e social brasileira. A escala geográfica nos possibilita pensar nos níveis de articulação que caracterizam a empiria

Nesse sentido, essas ações que envolvem o jogo escalar têm nos permitido buscar respostas, sempre provisórias, de nossos próprios questionamentos, e perguntarmos como se organizam aspectos da vida urbana, assim como os de outras ordens territoriais espalhadas no território brasileiro.

O Brasil desde Guarulhos

Uma das maneiras de percebermos as relações entre o Estado brasileiro e o urbano é por meio de interpretações das ordens territoriais da cidade. A observação das paisagens da cidade e posterior problematização (e sistematizações) a respeito do fenômeno urbano se desdobra nesse artigo, a partir da compreensão do como o Estado, isto é a prefeitura de Guarulhos, normatiza alguns aspectos do viver em cidade. Do ponto de vista da teoria Poulantzas, nos ajuda a pensar a questão:

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classes inseridas na própria estrutura de Estado (o Estado- relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classes tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim a sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado (POULANTZAS, 1980, p. 152).

Como se pode inferir, é possível desdobrar da citação elementos para atentar que as prefeituras não são uma entidade metafísica, que pairam sobre as relações sociais. Muito menos um agrupamento rígido sem

diferenças internas, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições.

Concebemos a prefeitura de Guarulhos como um processo resultante das contradições de classes inseridas em sua própria estrutura, na medida em que é a expressão de disputas entre classes e frações de classes tais como elas se apresentam, sempre de maneira singular, no interior da máquina municipal.

Simultaneamente, ao mesmo movimento que o Estado faz, com suas devidas mediações, as prefeituras criam um conjunto de elementos simbólicos e materiais no sentido de encaminhar a perspectiva de que todas as diferentes classes sociais, frações de classes nas suas diferenças, são comuns à cidade (imaginada).

A dinâmica das prefeituras espalhadas no território nacional, tanto a “máquina da prefeitura” como as elites locais, de uma maneira ou de outra, cumprem um programa a ser percorrido. Sua realização, seja em diferentes escalas, em diferentes lugares, seja no ordenamento nacional, regional e citadino é a materialização de um amplo conjunto de valores, comportamentos e leituras de mundo.

Para concluir provisoriamente

O Estado nacional, (os governos estaduais) e as prefeituras, ao parametrizarem a vida urbana na cidade, no campo, nas encostas de morro, em áreas ribeirinhas, quilombos, aldeias indígenas, nos condomínios de luxo, nos conjuntos habitacionais das classes populares normatiza uma maneira de viver.

Cria um verdadeiro programa curricular (são códigos de posturas municipais, estaduais e federais, parâmetros de utilização do solo, de florestas, de fundos de vale, de áreas litorâneas, dos corpos de água, usos dos espaços urbanos e privados...) que na diversidade da produção, circulação e construção da e na cidade (do e no mundo), se organiza e se contradiz com tudo que lhe é externo para que, assim, possa realizar o que possui de estrutural a fim de garantir seu processo de acumulação e/ou reprodução ampliada.

Com essas preocupações, entendemos o quanto é importante pensar, de um lado, sobre as maneiras como o Estado e as prefeituras desenvolvem

políticas públicas a respeito da educação e, por outro, o como as escolas públicas têm resistido às imposições curriculares e outras formatações dos processos formativos de professores, e assim reelaborado os saberes e práticas pedagógicas construídas na escola.

A interpretação: a escola pública como instrumento de mediação do Estado junto as populações mais pobres e outras frações de classes, constituem-se uma referência para a permanente construção do significado de Brasil e de quem são os brasileiros.

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública no Brasil: A ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.
- APPLE, Michael Whitman, TEITELBAUN, Kenneth. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? *Teoria e Educação*, Porto Alegre: Pannonica, nº 4, p. 62-90, 1991.
- BRASIL *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 29 jan. 2024.
- CARDOSO, Lindabel Delgado.- *Gestão 2001 – 2004: da construção da rede municipal de educação ao projeto político pedagógico*. 2005. *Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação UNICAMP*, 2005.
- CARNEIRO, Silvio. Vivendo ou aprendendo...a ideologia da aprendizagem contra a vida escolar. In: CASSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: pôr escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.41-46.
- CÁSSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. *Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC*. São Paulo: Ação Educativa, 2019, p. 13-39.
- CONTRERAS, José. *Autonomia de Professores*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social. *Perspectivas Em Diálogo Revista de Educação e Sociedade*, v. 01, n. 01, p. 34-42, jan./jun, 2014.

DUARTE, Gerson Moura. Cumbica, Guarulhos, São Paulo, Brasil: um aeroporto contemporâneo? 2012. *Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie*, São Paulo, 2011. 246 f. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/468>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública no Brasil: A ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009, p. 17-24, 2009.

GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Curricular: Introdutório. In: GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. *Quadro de Saberes Necessários*. Prefeitura de Guarulhos, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Cidades. *Guarulhos - História*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/historico>: Acesso em: 29 jan. 2024.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAES, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4, 1998, p. 559-658.

MELLO, Marinilzes Moradillo. A questão da municipalização da educação em Guarulhos: 1997-2004. 2007. 267p. *Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação UNICAMP*. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251509> Acesso em: 10 ago. 2018.

MOREIRA, Ruy. Realidade e metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. In: CASTRO, Iná Elias et al. *Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, p.341-346.

OLIVEIRA, Francisco de. — O Estado e o urbano no Brasil. São Paulo: *Espaço & Debates*, n.6, jun.-set. 1982, pp. 36-54.

OLIVEIRA, Elton Soares. et al. *Guarulhos espaço de muitos povos*. São Paulo: Noovha América, 2008. 2ª ed.

OLIVEIRA FILHO, Edvaldo Reis A política de formação continuada docente da Rede Municipal de Educação de Guarulhos/SP (2001-2020)2020 *Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação*. Universidade Federal de São Paulo, Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/2761e878-7490-43c7-a54b-3634145f5910> Acesso em 10 de março 2023.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE HABITAÇÃO. *Plano local de habitação de interesse social de Guarulhos diagnóstico do setor habitacional etapa II*. 2011.

RIZEK, Cibele Saliba. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 2, p. 226-241, ago. 2019. ISSN 2179-0892.

SANTOS, Boaventura .de Souza. *A Crítica da Razão Indolente*. São Paulo: Editora Cortes 2ª edição, 2000.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Identidade Urbana: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

SANTOS, Douglas. Vídeo “*Em direção à Geografia do Brasil*” Disponível em< <https://youtu.be/2xKIQOSI-f0>> Acesso em: 8 ago. 2020.

SANTOS, Douglas. A Geograficidade da Escola e o Ensino de Geografia. *Revista Tamoios*, v. 10, n. 1, 2014.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da; CARVALHO, João Prado Ferraz de . Uma experiência pibidiana entre as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna: o ensino de Geografia e História nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação docente. In: João do Prado Ferraz de Carvalho. (Org.). *Experiências de formação de professores nos arrabaldes das cidades de Diadema e Guarulhos, estado de São Paulo. Desafios da formação inicial docente no contexto do Pibid*. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2017, v. 1, p. 5-29.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da A necessidade dos estudos geográficos da escola pública e dos processos de ensino e aprendizagem: um exemplo na região metropolitana de São Paulo. *Boletim de Geografia*,

Maringá, v. 35, n. 3, p. 135-151, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i3.32053> Acesso em: 20 agosto 2017.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. Formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: considerações sobre escola, conhecimento, linguagem e ensino de Geografia. *Revista Terra Livre*, v. 1, p. 99-120, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/462> . Acesso em: 10 set. 2020

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da “*Atlas geográfico do Brasil: leituras da territorialidade e da construção da brasilidade*” (2006). Tese de Doutorado. Programa de Ciências Sociais PUCSP. São Paulo, 2006.

AUTOR

Jorge Luiz Barcellos da Silva

Licenciado em Geografia - UFRGS, Mestre em Geografia Humana - USP e Doutor em Ciências Sociais - PUCSP. Professor Associado no Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação UNIFESP. Interesses de pesquisa: Epistemologia da Geografia, Ensino de Geografia, Escola pública, Formação de Professores de Geografia e Práticas Pedagógicas.

E-mail: jorge.barcellos@unifesp.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9950540154695961>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5135-6363>

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.